

A luta do povo Guarani

Em nossa região vive uma grande comunidade de índios guaranis, os Ava Guarani. Nesta edição publicamos uma avaliação da situação dos índios feita pela Equipe CIMI-Ocoi, tratando do histórico, Terra, Saúde, Economia e Resistência.

Povo Guarani Histórico

A Comunidade Ava Guarani ou Andeva localizava-se historicamente no vale do Rio Paraná (tanto a esquerda como a direita desse rio) acompanhando-o em toda extensão deste estado. Hoje, estes Guarani localizam-se na reserva Indígena Ocoi situada no município de São Miguel do Iguçu Pr, conservando essa denominação do último "Tekoha" (lugar onde vivemos segundo nosso costume), o território submerso pela hidrelétrica de Itaipu, entre Rio Ocoi e o arroio Jacutinga.

Os sítios arqueológicos do grupo Tupi Guarani encontrado no território ao longo do Rio Paraná comprovam a posse imemorial desse povo. Outra fonte de comprovação são os relatos dos viajantes que passavam somente numa área, mas em vários locais relativamente próximos uns dos outros.

No final do século passado por motivo estratégicos, nessa região de fronteira Brasil, Argentina e Paraguai o governo brasileiro fundou a Colônia Militar de 1892 declaravam que a exploração de erva mate e a extração de madeira eram as principais atividades econômicas da colônia.

Os guarani afirmam que eram levados à força para tais trabalhos sob ameaças dos feitores e jagunços. Esse trabalho escravo, ao qual o Guarani eram obrigados a se sujeitarem foi denunciado, mas o SPI (Serviço de Proteção ao Índio) nada fez alegando não ter recursos.

Com a extinção da colônia militar por volta de 1913, a colonização de terrenos considerados devolutos no Paraná foi entregue a ação das Companhias Colonizadoras. Com a crescente colonização dos territórios os Guarani estavam

sendo acoados.

Estavam no território entre: O Rio Iguçu e o Rio Ocoi, tinham as seguintes aldeias: Jacutinga, Porto Irene, Porto Stamato, Passo kuê, Itaipuytê, (Porvenir), Vitorasse, Lope i e Guaraniukê.

Para os Guarani a invasão de suas terras e o desmatamento foi uma grande violência, pois foram empurrados para fora de sua área e para isso usaram de violência física por meio de jagunços que espancavam, ameaçavam e atevam fogo em suas casas e roças.

A implantação de PIC (Projeto Integrado de Colonização), do INCRA, na década de 1970, acabou com o mínimo de tranquilidade que restava aos Ava Guarani, então localizados na aldeia do Ocoi Jacutinga, último reduto depois de uma série de invasões, expulsões e fugas.

O INCRA loteou o território Guarani e distribuiu-o entre colonos, promovendo assim indiretamente a destruição da mata, e o desequilíbrio do Eco Sistema, além de tratar os Guarani como intrusos em sua própria terra.

A construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu foi como um último golpe do Estado Nacional. Resistindo a expulsão de seus territórios, os Ava Guarani passaram a sofrer fortes pressões da Funai (Fundação Nacional do Índio) e da Itaipu, levando a comunidade a um estado de completo desânimo.

A transferência dos Ava Guarani para a atual área ocorreu em junho de 1982. Com empenho de Itaipu e Funai, que tinham pressa para que isso acontecesse. Assim que chegaram os Guarani se entusiasmaram com o lugar, pela existência de muitas árvores, erva-mate vários arroios. No período de 3 meses depois de transferência, a água do lago de Itaipu começou a subir cobrindo as árvores frutíferas, roças e

casas; muitos animais morreram afogados. De repente a comunidade, estava ilhada entre o lago e as propriedades mecanizadas dos colonos.

Exprimidos em uma estreita faixa de terra que margeia o lago de Itaipu, dois problemas interligados voltam a preocupar a comunidade Guarani: as doenças e a fome.

A questão de saúde dos índios já era problemática desde o início da colonização, quando passaram a ser vitimados por surtos de sarampo, catapora, variola entre outras doenças, praticamente exterminaram famílias inteiras. Com a formação do reservatório da Hidrelétrica de Itaipu, a situação voltou a se agravar. A malária que estava erradicada desde a década de 50, tem se apresentado novamente. Em 89 de janeiro à março registraram-se 70 casos numa população de 200 índios. Ao problema da malária deve-se somar as gripes, bronquites, conjuntivites e dermatoses. A Funai não dá nenhuma assistência alegando sempre não ter recursos.

algumas pessoas que não discutem como tal prática começou e qual o seu fundamento ideológico.

Em abril 90 foi feita uma denúncia sobre a venda de madeira, após essa denúncia e a proibição da venda de madeira, o então Juiz de



Criança Ava Guarani. Foto de Carlos Sosa

Indio) nada fez alegando não ter recursos. Com a extinção da colônia militar por volta de 1913, a colonização de terrenos considerados devolutos no Paraná foi entregue a ação das Companhias Colonizadoras. Com a crescente colonização dos territórios os Guarani estavam



A organização como forma de mobilização. (foto de Martina - CIMI-Ocoi)

empresário do Itaipu e Funai, que tinham pressa para que isso acontecesse. Assim que chegaram os Guarani se entusiasmaram com o lugar, pela existência de muitas árvores, erva-mate vários arroios. No período de 3 meses depois de transferência, a água do lago de Itaipu começou a subir cobrindo as árvores frutíferas, roças e

vamente. Em 89 de janeiro à março registraram-se 70 casos numa população de 200 índios. Ao problema da malária deve-se somar as gripes, bronquites, conjuntivites e dermatoses. A Funai não dá nenhuma assistência alegando sempre não ter recursos.

A Itaipu, deu, como parte da indenização aos Guarani, uma moto serra, e tanto Itaipu, como Funai incentivavam a venda de madeira, tanto que a princípio a renda era administrada por um funcionário da Funai. Os Guarani afirmam que a Funai fazia o contato com os compradores para a venda de madeira. O órgão tutor era conivente com o desmatamento, já que não cumpre com suas funções, alegando falta de recursos. Cabe ressaltar que essa comunidade nunca praticou a venda de madeira antes.

A Itaipu é também responsável pelo desmatamento da área Guarani, não só pelo fato de presentear-las com uma moto serra, mas de, posteriormente a diretoria Jurídica (Sr Klaus Greiner), da Empresa ofereceu aos Guarani vários "benefícios", do ponto de vista de empresa, entre eles, a instalação de uma serraria na área indígena. Os Guarani rejeitaram a proposta.

Atualmente os povos indígenas são acusados de depredadores do meio ambiente por

algumas pessoas que não discutem como tal prática começou e qual o seu fundamento ideológico.

Em abril 90 foi feita uma denúncia sobre a venda de madeira, após essa denúncia e a proibição da venda de madeira, o então Juiz de Foz do Iguaçu: Edgar Antonio Lippman, (em outubro de 90), determinou um liminar onde a Funai tem a obrigação de prestar assistência alimentar e de saúde, para a comunidade, até que seja resolvido o problema da falta de terra, mas esta liminar não está sendo cumprida até hoje, pelo órgão, pois sempre alega não ter verbas. Os Guarani foram algumas vezes até Curitiba em audiência com o Procurador da República Sr. Clemerson Merlin Cleve para denunciar o não cumprimento por parte da Funai. O Procurador assegurou que iria apurar o caso mas a situação da Comunidade Ava Guarani está cada vez mais precária..

TERRA

Em meados de maio 92, a Funai convocou uma reunião (realizada na Itaipu) com o objetivo (aparente) de tentar solucionar o problema da falta de terra dos Guarani. Nesta reunião foi criada uma comissão com representantes dos órgãos oficiais e entidades de apoio: Funai, ITCF, (hoje IAP), Itaipu, OAB (Foz), CIMI, Comissão de Justiça e Paz. Ficando a Funai como coordenadora da comissão de São Miguel do Iguaçu e o Ibama.

O IICF comprometeu-se em apresentar áreas disponíveis no Paraná, conforme pedido da comunidade Ava-Guarani; 50% de mata com rios de água limpa, localizada de preferência na região oeste do Paraná. Os Guarani foram ver algumas áreas, mas não estavam de acordo com os interesses da comunidade.

Essa comissão não deu prosseguimentos aos trabalhos nem sequer informou aos guarani sobre o andamento dos mesmos. Em meados de dezembro 92 os Guarani enviaram um convite aos membros dessa comissão, a Procuradoria da República e Organizações indígenas, convocando-os para uma reunião na reserva para o dia 12/02 passado. Neste dia, a comunidade estava reunida com as Organizações das Nações Indígenas do sul (Onisul). Dos órgãos e entidades convidadas compareceu apenas Cimi. Como não funcionou essa comissão, o problema de terra não teve solução até presente data.

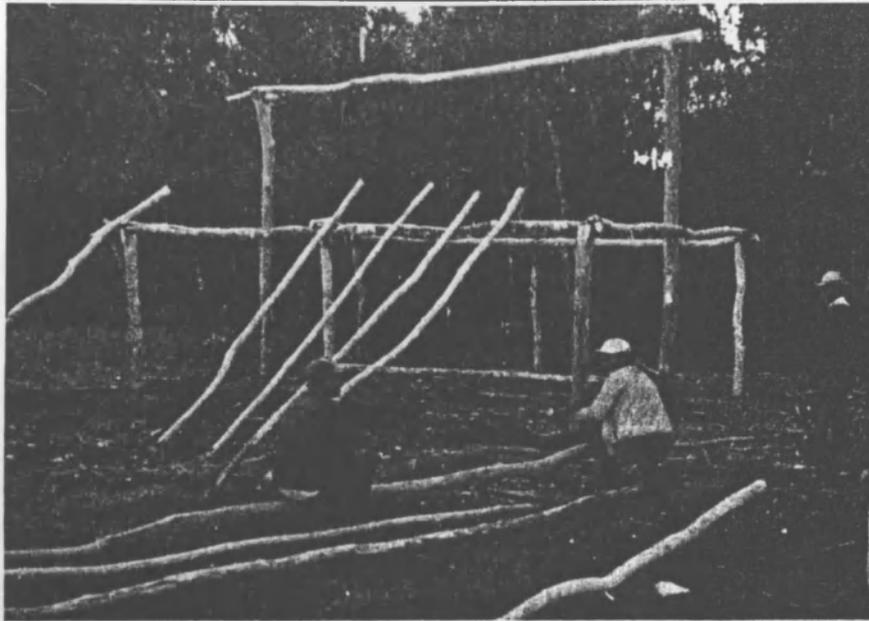
A terra que os guarani ocupam atualmente tem aproximadamente 231 hectares, mas com a erosão está terra está diminuindo.

Saúde

Como ficou determinado na liminar de outubro 91 onde a Funai deveria dar assistência médica e alimentar a mesma alega não ter verba para isso. A questão de saúde na comunidade Ava-Guarani é precária, pois não recebe assistência nenhuma.

Como foi citado anteriormente sobre o alto índice de malária, esta doença atualmente veio a diminuir. Mas são vários casos de pneumonia, dermatose, gripe, verminoses e conjuntivite. Nunca veio médico para examinar a população desta comunidade. No ano passado com a chegada do inverno houve vários casos de pneumonia. Algumas gestantes são trazidas para o hospital em São Miguel do Iguaçu.

A prática da Funai é somente deixar alguns remédios. Parte destas doenças é causada pelas mudanças nos hábitos alimentares, antigamente as carnes e gorduras provinham de animais pescados ou caçados. Segundo os guarani os animais, estes são puros, nunca morrem de doenças ao contrário dos animais que são criados para comer (porcos, galinha, vacas); mesmos os peixes diminuíram bastante e chega a ser perigoso comê-los por causa dos agrotóxicos



Construindo casa. Foto de Carlos Sosa

que são utilizados nas propriedades vizinhas que escorrem para o lago.

Como se percebe a situação de saúde é bastante ruim e todos estes problemas se dá pela falta de terra.

Economia

No Ocoi todas as famílias fazem roças para seu sustento, mas a vida agrícola que levam dentro e fora da comunidade para eles não é o ideal.

Para eles as roças são complementos de uma alimentação a base de frutos, caças e pesca, um complemento importante. O trabalho fora da área indígena é para eles um castigo: plantar aquilo que não irão consumir, trabalhar o dia inteiro, longe do convívio comunitário, num sistema que leva a desestruturação da organização social. Daí a importância da terra. E por isso os guarani desejam um espaço com mata nativa e água corrente, onde as crianças possam conviver com a floresta e aprender dela e sobre ela. Onde haja caça, frutos, rios, espaços para roça, familiares onde se encontre os remédios naturais para as doenças, onde o

guarani possa viver de acordo com sua maneira de ser.

Hoje nesta área os guarani vivem como bóia-fria trabalhando fora para conseguir os alimentos e remédios (até as crianças estão indo para este trabalho).

Várias vezes as lideranças pressionaram os funcionários da Funai para que tragam alimentos e médico, mas este sempre alega não ter verba.

Tudo isto prejudica o jeito de ser guarani. Os guarani dizem que nesta área as coisas são ruins. Temos que trabalhar fora para comer. Até os velhos precisam trabalhar fora. É estes dizem o seguinte "antigamente não era assim, na nossa terra antiga tinha tudo e acabou ficando debaixo da água por causa da Itaipu. Agora estamos aqui vivendo cada dia pior. Precisando trabalhar para o branco para comer".

Essa situação não dá para continuar e por isso necessitam urgentemente de uma nova terra.

Resistência

A comunidade Ava Guarani tem resistindo

FRONTEIRA LIVRE

desde quando moravam em seu território tradicional. Resistiu por muito tempo na área do Ocoí-Jacutinga com a chegada da Itaipu que alagou suas terras.

Hoje em sua área atual vem resistindo as formas de pressão tanto da Itaipu como da Funai, órgão tutor do Estado que deveria prestar as devidas assistências.

São várias as formas de resistência desta comunidade. Atualmente essa resistência é feita de maneira ostensiva, através de movimento em direção a Organização Política Indígena.

Representantes dos Ava Guarani tem participado ativamente de organizações e movimentos indígenas, além de movimentos não indígena que também são submetidos ao Estado opressor.

A organização interna da comunidade é de primordial importância para enfrentar a conjuntura anti-indígena que se apresenta. O problema da terra para os Ava Guarani é óbvio; sem um território específico adequado á cultura guarani, a comunidade tende a desestruturação completa.

Todos os sub-grupos guarani necessitam de um espaço físico suficiente para realizarem o seu modo de ser, sem o que podem ocorrer problemas do tipo que estão acontecendo na região da Grande Dourados com os kaiová-Guarani (que vivendo em uma terra insuficiente estão se suicidando). É impossível a permanência dos Ava-Guarani na península em que foi destinadas negociações com a Itaipu.

Expostos a agrotóxicos, malária, gripes, dermatose e outras doença, sem espaço para praticarem a sua economia tradicional. O direito da comunidade esta claro. Resta saber a quem cabe a responsabilidade pela situação atual dos Avá-Guarani? A resposta é óbvia: cabe ao Estado que nestes cinco séculos tem promovido a expropriação dos territórios indígenas no Brasil. A Itaipu que alagou as terras tem a obrigação de indenizar a comunidade de acordo com os direitos originais históricos do grupo previsto na atual constituição. A Funai ou órgão governamental que venha substituí-la cabe também cumprir a lei, sem o caráter de dominação colonial negligente a preconceituoso que tem adotado até dos dias de hoje. Equipe Cime-Ocoi



doenças ao contrário dos animais que são criados para comer (porcos, galinha, vacas); mesmo os peixes diminuíram bastante e chega a ser perigoso comê-los por causa dos agrotóxicos

possam conviver com a floresta e aprender dela e sobre ela. Onde haja caça, frutos, rios, espaços para roça, familiares onde se encontre os remédios naturais para as doenças, onde o

isso necessitam urgentemente de uma nova terra.

Resistência

A comunidade Ava Guarani tem resistindo

Ecologia em Foz



Adelmo Müller, presidente ADEAFI

A cada dia o humano perde as qualidades para deixar sobrevivência futura. É quase generalizado e precisa ser mudado este rumo, daí o porque de entidades civis lutarem na justiça por causas nobres contra pessoas escolhidas pela maioria para administrar seus bens no município. Na administração do prefeito Álvaro Neumann, a ADEAFI impetrou e cobrou na justiça um Parque Ecológico na nascente do rio Monjolo, que antes de sofrer aterramento e até esgoto, era um viveiro natural de pássaros nativos e raros. A justiça já condenou o município a fazer o Parque Ecológico, mas o planejamento da administração do prefeito Dobrandino da Silva se nega a executar. Prefere investir aonde deve ser preservado, como no Bosque Guarani, por ele declarado de preservação permanente na sua primeira gestão, em 1987.

Projeto do vereador Roberto Ribas Lange, aprovou na câmara em 1986 cinco áreas de

preservação permanente, entre elas o Bosque Guarani, nos fundos do Terminal de Transportes Urbano, onde ainda existe na área central o único bosque com árvores nativas da bacia do rio Paraná e que pode servir de "escola-verde" se implantado pela Secretaria do Meio-Ambiente, junto com a de Educação, projeto pedagógico, identificando cada espécie da flora, assim permitindo aula de campo em um lugar bonito.

Isso não levaria a destruição do Bosque Guarani, até pelo contrário, se preservaria mais. No entanto a Secretaria do Planejamento de Foz, tocada pelo advogado Nelson Rodrigues Almeida (aquele que responde processo na Justiça Federal por criar cinco mil cabeças de gado no Refúgio Biológico Maracajú, do Brasil e Paraguai, em Guaíra e onde deveriam ter sido soltos os animais capturados por Itaipu durante o enchimento do lago). Almeida quer implantar com custos altíssimos um mini-zoológico e "aviário" no Bosque Guarani, com 37 mil metros quadrados de construção para abrigar

lanchonetes, postos policiais e outros, fora a construção de mini-açudes e concha-acústica, num valor aproximado de CR\$ 80 milhões, explica Relise, da prefeitura.

Isso é um absurdo e a ADEAFI vai impetrar denúncia na Justiça, afinal a área já é declarada de Preservação Permanente e possui o último capão de matas nativas central.

Esta soma pode ser aplicada no Parque Ecológico na nascente do rio Monjolo. Se for preciso mais verbas a ADEAFI lutará junto com o município para reaver em instituições que aplicam na recuperação da natureza e da nascente do Monjolo, além de lagos artificiais, deverá contar com ciclovias, pedalinhas, play ground, iluminação adequada e se tornará com certeza num zoológico natural, afinal pouco abaixo se encontra a área de Preservação do 34º Batalhão de Infantaria, que pode muito bem ser englobada no Parque Ecológico natural, com trilhas para passeios e isso levará não só o iguaçuense a visitá-lo, mas inclusive se tornará

previsto na atual constituição. A Funai ou órgão governamental que venha substituí-la cabe também cumprir a lei, sem o caráter de dominação colonial negligente a preconceituoso que tem adotado até dos dias de hoje. Equipe Cime-Ocoi

numa nova atração turística para Foz e destas que os estrangeiros amam, que é andar na natureza vendo-a bem preservada.

É preciso lembrar senhores administradores que vocês passam, mas a humanidade continua. E deixar um bem destes na área central de Foz do Iguaçu é necessário para as gerações futuras. Curitiba não teria o Passeio Público se um administrador não o fizesse. E na nascente do Monjolo dá para fazer dez passeios públicos, tal é o espaço. Mas na administração já pensam inclusive em permutar a área verde e técnica com o ex-loteador Ozires Santos. Isso é impossível, afinal aquilo é uma nascente de rio e portanto preservada por leis federais e estaduais, e portanto o município nem deveria ter aceitado como área técnico-verde quando foi lançado o loteamento.

Agora, pela liminar concedida pela Comarca de Foz, o Município, caso permita que continue construindo e jogando entulhos na área terá que pagar multa diária de 500 UFIRs. Já deveria estar pagando, porque de dezembro passado para cá foram jogados entulhos de construção no local. Além disso, o planejamento da prefeitura sequer esboçou projeto para realizar o Parque Ecológico do Monjolo, no entanto quer investir quase um milhão de dólares para destruir o Bosque Guarani.